

PEQUENO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Antecedentes históricos:

O Brasil da época

Pouca gente conhece o fato.

No final do século XVIII pescadores japoneses no barco a vela *Wakamiya Maru*, ficaram à deriva no Mar do Japão. Os naufragos de *Ishinomaki*, feudo de *Mutsu*, atual província de *Miyagi*, foram recolhidos por navios russos e levados a São Petesburgo. Alguns anos mais tarde, em 22 de dezembro de 1803,¹ quatro deles a bordo dos navios russos *Nadezhda* e *Neva*, aportaram na cidade litorânea de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis (HARO, 1996, p. 150). Aqui permaneceram até 4 de fevereiro de 1804² (HARO, 1996, p. 156) para reparos e abastecimento dos navios e um deles registrou suas impressões num pequeno diário.³ Foram os primeiros japoneses a pisar solo brasileiro, e os primeiros japoneses a fazer a circunavegação pelo globo (TAJIRI, YAMASHIRO in SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 59).⁴

Anos mais tarde em 1889, o príncipe Augusto Leopoldo, neto de D. Pedro II, ainda no trono, visitou o Japão, a bordo do navio-escola brasileiro Almirante Barroso, e teve uma audiência com o então imperador Meiji (TAJIRI, YAMASHIRO, in SBCJ, 1992, p. 60).

Em 1895, em Paris, Brasil e Japão assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação (idem).

Por essa época, o escritor Aluisio de Azevedo, aqui no Brasil, vivia dificuldades financeiras e sem tempo para escrever seus romances. Escreveu ao seu amigo deputado Afonso Celso:

[...]desejo ardentemente descobrir uma colocação qualquer, seja onde for, ainda que na China ou em Mato Grosso, contanto que me sirva de pretexto para continuar a existir e continuar a sarroliscar (escrever mal, suponho) os meus pobres romances [...] (AZEVEDO, 1984, p. 7-8).

¹ Segundo relato do capitão Urey Lisiansky, comandante do navio *Neva*.

² Idem

³ Que foi publicado pelo Consulado Geral do Japão em Porto Alegre em 2003, em comemoração ao bicentenário do primeiro contato entre japoneses e brasileiros.

⁴ Doravante abreviada para SBCJ

Sem nenhuma perspectiva no Brasil, o brilhante autor de “O Cortiço” foi aprovado em concurso para cônsul na Secretaria do Exterior e, após breve passagem por Vigo, na Espanha, chega à cidade de Yokohama, no Japão, como vice-cônsul em 17 de abril de 1897 (Luiz Dantas in AZEVEDO, 1984, p. 7). O contato com uma cultura diferente desperta-lhe o interesse. Fez um pequeno estudo e publicou num livro intitulado “O Japão”.⁵ Na única carta, datada de 14 de agosto de 1898, que escreveu de Yokohama, a seu irmão Artur de Azevedo, diz num dos trechos: “o grande caso é que meu livro há de ser verdadeiro, porque hei de entrar no coração do japonês como estou penetrando no íntimo do seu país e dos seus costumes” (AZEVEDO, 1984, p. 16). Luiz Dantas, comentarista do livro, nessa obra diz, referindo-se ao escritor:

sentiu ao invés a sugestão profunda e forte da alma japonesa, e quis guardá-la em algumas páginas para virem dizer nos antípodas todo este encanto inesperado de antigas virtudes, desconhecidas ou esquecidas no Ocidente, todos esses propósitos não dissimulados, que elaboravam, assimilando-as, as vantagens técnicas, de que é feita a civilização européia (Luiz Dantas in AZEVEDO, 1984, p. 13).

Aluísio quis publicar o livro ainda no Japão, mas seu procurador (possivelmente Graça Aranha), em vez de lhe enviar o dinheiro, o fez proprietário de “terras e areias” em Copacabana, contra a vontade do escritor. Só conseguiu publicá-lo após sua vinda ao Rio de Janeiro, em 1910, com a venda das terras adquiridas, cujos títulos de propriedade nem quis ver (ibidem p. 14).

Fatores políticos e econômicos ocorridos em fins do século XVIII mudaram radicalmente a organização da sociedade, propiciando movimentos migratórios pelo mundo a partir do século XIX. Os ideais iluministas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Revolução Francesa no final do século XVIII, inspirariam movimentos abolicionistas do escravismo e independência das colônias, fatos que efetivamente ocorreram a partir das primeiras décadas do século XIX. As idéias da Revolução, de igualdade e liberdade na busca de melhores condições de vida, predispõem o homem na busca de riqueza onde quer que ela se encontrasse e os novos países, colônias recém libertas com melhores expectativas de progresso, pareciam grandes atrativos de início de vida nova para o homem que vivera as misérias e rompera seus laços de vassalagem com o feudalismo opressor.

⁵ Disponível em www.bibvirt.futuro.usp.br e www.dominiopublico.gov.br

À Inglaterra, onde em 1760 principiou a Primeira Revolução Industrial com o uso da força do vapor na produção dos bens em massa, não mais interessava, economicamente, trabalhadores que não tinham salário e sim, gente que pudesse comprar o excedente de sua produção. Pioneiramente, então, em 1807, proíbe o tráfico de escravos. Aos países que se industrializavam, pelas mesmas razões, não interessava mais o regime escravocrata, ao contrário dos agrários que dele dependiam. O capital acumulado, propiciado por séculos de mercantilismo após a expansão marítima – grande parte advindo dos altos lucros do tráfico de escravos –, tinha agora foco na produção industrial, que precisava de compradores. Outrora uma das maiores traficantes de escravos do mundo, de cujos portos zarparam mais de dois mil navios negreiros, e que no regresso, com a lucrativa carga, eram recebidos por "presbíteros a fazer longos sermões, agradecendo a Deus pela possibilidade de "conduzir novas almas" ao rebanho divino", agora se empenha na sua "política moralizadora dos mares" (BUENO, 1997, p. 146). E para "moralizar", livrando os mares do tráfico negro, o parlamento britânico decreta em 1845 a lei Bill Aberdeen, que concedia unilateralmente aos comandantes britânicos poder de "abordar e inspecionar qualquer navio brasileiro em qualquer oceano" (ibidem p. 147).

Até ter excedente de produção – agora produzidas com o trabalho de máquinas – , "não se questionava as más condições de vida dos escravos em toda a América, tampouco se criticava a ordem escravista" (VICENTINO e DORIGO, 2002, p 392). O combate ao escravismo pelos ingleses tinha ainda o objetivo de conservar mão de obra no continente africano onde a Inglaterra estava iniciando empreendimentos (idem).

Antecipando-se a uma possível escassez de mão de obra para a lavoura brasileira, a dinastia Bragança, no Brasil desde 1808, na sua política de abertura dos portos, promove a primeira imigração em 1818, nas províncias do Rio de Janeiro e da Bahia com a vinda de imigrantes alemães e suíços (TAJIRI, YAMASHIRO in SBCJ, 1992, p. 20-21). Levas de imigrantes europeus sucederam-se então, mas muitas fracassaram pelas rápidas mudanças e excesso de regulamentos, pela inadequação da localização, das políticas de fixação das colônias e pela existência de maus agenciadores de emigrantes (ibidem p. 23). Muitos imigrantes logo passaram a fixar-se nas cidades, onde tinham melhores condições de vida, abandonando o campo. Alguns países proibiram a emigração de seus nativos para o Brasil pelas condições penosas de trabalho e por considerarem um choque cultural insuportável o

trabalho ao lado de escravos, em condições muito mais penosas e humilhantes de trabalho e de vida (ibidem p. 24).

No Brasil os movimentos pela abolição ganham força com leis que restringiam gradativamente o emprego da mão de obra escrava, proibindo o tráfico (Lei Eusébio de Queirós, de 1850) e libertando partes da população escrava (Lei do Ventre Livre de 1871, Lei do Sexagenário de 1885). Antes, em 1827, o Brasil já assinara tratado com a Inglaterra comprometendo-se a não comercializar mão de obra escrava (BUENO, 1997, p. 146).

Com a extinção da escravatura em 1888, faltaram braços na lavoura. O Brasil precisava urgentemente suprir essa falta.

O Japão da época

Do outro lado do mundo, extintos pela Reforma Meiji de 1868, os samurais se viram desempregados e se avolumavam nas grandes cidades ao lado de outros desocupados, desempregados como consequência das reformas impostas pelo novo regime (TAJIRI, YAMASHIRO in SBCJ, p. 28). O Japão estava superpovoado e mesmo com a reforma agrária promovida pelo novo regime, sua produção agrícola, rudimentar e primitiva – consequência do longo isolamento promovido pelo xogunato Tokugawa – insuficiente para alimentar toda a população.

O novo regime tinha pressa na modernização e tornou obrigatórias a educação formal e o serviço militar, cobrando 50 *sens* (meio *yen*) de mensalidade escolar (30% da renda familiar para cada criança), e obrigando municípios, vilas e aldeias a construir escolas e contratar professores. O agricultor de renda média de 21 *yens* ao ano, se viu com menos braços no trabalho e sua renda diminuir drasticamente, causando manifestações contrárias e até revoltas (idem). O esgarçamento do tecido social era visível: crianças morriam de fome ou eram vendidas e a miséria do campo criou desocupados, prostitutas e violência nas cidades. Samurais insatisfeitos se revoltaram contra o novo regime, deflagrando a rebelião de Seinan, obrigando o governo a gastos excessivos, com consequente inflação, medidas deflacionárias e queda nos preços dos produtos agrícolas, exacerbando a insatisfação reinante.

Foi uma época de miséria, mas que enriqueceu com seus fatos as artes japonesas. O cinema clássico japonês pelas lentes de Kaneto Shindo (A Ilha

nua) e Shohei Imamura (A Balada de Narayama) retrata com fidedignidade essa época. É também de autoria de Imamura o original da peça teatral “*Ee Janaika*” – Deixa pra lá – que esteve recentemente em *tourné* pelo Brasil, tendo se apresentado no Teatro Ademar Rosa, em Florianópolis, no dia 05 de março de 2008. O cineasta norte-americano Edward Zwick em “O último samurai”, reconstituiu a batalha de Seinan e os últimos momentos do samurai, líder da rebelião, Saigo Takamori, *daimyô* do feudo de Satsuma, atual Kagoshima, deixando entrever episódios marcantes do *Bushidô* – o código de ética do samurai – e da cultura japonesa.

A situação foi agravada pelos altos gastos nas guerras com a China (1895) e com a Rússia (1905). Com as vitórias se apossou dos territórios de Taiwan e da Coreia. Agora precisava de recursos para ocupar definitivamente os países conquistados. Com o término da guerra, levas de soldados repatriados passaram a engrossar ainda mais o contingente populacional. O Japão tornou-se um país depauperado, superpopuloso, insatisfeito e sem comida. Era preciso promover a emigração.

Início da emigração de japoneses

O começo da emigração dos japoneses pelo mundo foi muito difícil. A razão, nos Estados Unidos, foi a grande quantidade de imigrantes chineses que emigraram na década de 1850 para a Corrida do Ouro, na Califórnia. Estabelecendo-se em sub-habitações na periferia das cidades, trabalhavam por salários irrisórios. Com o emprego ameaçado, os sindicatos pressionaram o governo a proibir o ingresso de mão de obra barata em território americano. Além disso, distantes da terra natal, muitos chineses se entregavam ao vício do álcool e do ópio. Quando, mesmo assim, não suportavam a saudade e as condições da vida miserável, se suicidavam. O governo americano proibiu então a imigração de chineses (1882), seguindo-se-lhe os países latino-americanos como o Equador (1889), Peru (1909), Panamá, Uruguai, Paraguai, Costa Rica, Guatemala (1914) etc. Os japoneses, considerados assemelhados, são também proibidos de emigrar para os Estados Unidos e outros países (ibidem p. 19).

A reação no Brasil e os primeiros passos da imigração

O Brasil, devido aos fatos precedentes nos EUA, receava a introdução do imigrante chinês e japonês em terras brasileiras. Defendia-se um Brasil europeu pela proximidade cultural, étnica, lingüística e religiosa. Para alguns, a vinda do imigrante japonês seria a retomada da escravidão, tal era o desconhecimento desse povo. Antonio Olyntho, membro da Comissão de Obras e Colonização da Câmara dos Deputados, acreditava que a vinda do japonês paralisaria o fluxo imigratório de europeus, pelos fatos da inadaptabilidade anteriormente demonstrada pelos chineses nos EUA. Permitiu-se a entrada de todo imigrante capacitado e válido para o trabalho, sem antecedentes criminais, menos os da África e da Ásia, que precisariam de autorização expressa do Congresso Nacional. Agentes diplomáticos e consulares no exterior foram instruídos a impedir a saída e a polícia portuária nacional a não permitir a entrada de pessoas que não se enquadrassem na referida lei. Cabia multa aos comandantes de navio que transportassem pessoas originárias desses continentes (ARLINDA ROCHA NOGUEIRA in SBCJ, 1992, p. 39).

O Correio Paulistano, entre julho e agosto de 1892 publicou uma série de artigos do espanhol Francisco Cepeda, que vivera alguns anos em Cuba, relatando fatos semelhantes ao que ocorrera nos EUA, também na ilha, e alertando os brasileiros sobre a grave ameaça que seria a introdução desses imigrantes. A falta de informações verdadeiras e a propagação de relatos como os do jornalista espanhol contribuíram para se alastrar impressões negativas caracterizando o estereótipo do asiático: “se a escória da Europa não nos convém, menos nos convirá a da China e do Japão”; “a introdução de elemento étnico inferior é sempre um perigo” (ibidem p. 41). O mundo só passou a ver com outros olhos o Japão, quando venceu duas guerras em dez anos em fins do século XIX e princípio do século XX, como exposto.

Finalmente foi permitida a entrada de chineses e japoneses em terras brasileiras com a aprovação do projeto Monteiro de Barros, em 24 de setembro de 1892, em que o Brasil se comprometeu também a manter relações diplomáticas com esses países (ibidem p. 42). Sancionada a lei, várias companhias de imigração se formaram no intuito de trazer a mão de obra asiática ao país. Um Brasil necessitado de mão de obra, porém reticente e inseguro quanto ao caráter da nova raça, precisava conhecê-la para dar alguma segurança à sua economia rural.

Interessados na emigração, o governo japonês enviou em 1893, Sho Nemoto, comissário do Ministério das Relações Exteriores que visitou entre outros estados, o estado de São Paulo, de onde levou boa impressão e informou ao seu governo: “Podemos melhorar o nível de vida, obter propriedades, dar educação a nossos filhos e viver com alegria sem que nada nos falte” (Kowyama Rokuro in SBCJ, p. 46).

Houve interesse crescente de companhias japonesas de imigração em trazer trabalhadores japoneses para nosso país. Segundo o contrato assinado com a Toyo Imin Goshi Kaisha e a brasileira Prado & Jordão, em 1897, os japoneses viriam pelo prazo de 5 anos, a contar da data da chegada ao local de trabalho. Receberiam salário mensal de 30 *shillings* (47\$100 réis). Seria responsabilidade da Prado & Jordão as passagens de ida e volta e a alimentação a bordo (ibidem pág 47). Havia ainda a obrigatoriedade de repatriamento para as companhias brasileiras, do imigrante vivo ou morto (ibidem p. 44).

Numa outra resenha contratual, possivelmente entre a A. Fiorita e a Nippon Imin Kaisha, a permanência do imigrante seria de 3 anos e o salário fixado para os homens foi de 4 libras (125\$600 réis). À companhia brasileira competia “[...]responder pelas despesas de transporte dos imigrantes, e mais: fornecer moradia, lenha, água e assistência médica em caso de doença; indenizar, nos casos de morte e invalidez, à razão de 50 libras (1:570\$000 réis)[...]” (ibidem p. 48).

À companhia japonesa, competia, entre outras obrigações, o exame médico dos emigrantes, a devolução ao contratante do adiantamento pago, caso o imigrante por alguma razão não se mostrasse apto ao trabalho e o reembolso das despesas proporcionais aos dias de trabalho em caso de abandono do emprego (ibidem p. 49).

Por essa ocasião, com a queda do preço do café, provocado pela superprodução, foram suspensas as negociações entre as companhias mas aventou-se a possibilidade de se introduzir imigrantes na Amazônia para coleta de borracha, o que foi repelida pelo governo japonês alegando péssimas condições de vida e trabalho para seus nacionais (ibidem p. 49-50).

Estabilizado o preço do café e premidos pela falta de mão de obra, cafeicultores paulistas na iminência de sofrerem prejuízos, tornaram-se menos exigentes na qualidade do imigrante lavoureiro, além do que, pretendiam com a introdução de mais braços, estabilizar os preços da mão de obra, então com tendência a alta. Mas, o governo japonês, cioso da

ganância das companhias de imigração, não permitiu a saída de seus súditos. O barão Komura, ministro das Relações Exteriores, apresentou como motivos:

[...]distância entre os dois países, da falta de comunicação regular entre eles e por não disporem as companhias dos meios pecuniários necessários para responder pelo repatriamento, caso a experiência não desse os resultados esperados,

além do que, havia clara divergência entre os objetivos da imigração entre os governos dos dois países. Enquanto o Brasil pretendia a vinda de trabalhadores assalariados, o Japão queria que seus emigrantes fossem pequenos proprietários rurais (ibidem p. 52).

Mas em 1906, reaquece o interesse do Japão pela emigração para o Brasil. Vários países haviam fechado suas portas ao emigrante japonês e o Brasil estava numa situação econômica melhor, o que despertou o interesse do governo japonês. Sugimura, ministro Plenipotenciário do Japão, declarou:

Proibida a entrada na Austrália, discriminada nos Estados Unidos, perseguidos no Canadá e, agora, limitadas também no Havaí e ilhas do Pacífico, os nossos trabalhadores encontrarão no Estado de São Paulo uma rara felicidade, um verdadeiro paraíso (ibidem p. 53).

Se o governo nipônico viera visitar São Paulo, demonstrando interesse pelas terras, agora era São Paulo que queria conhecer melhor esse trabalhador. Edmundo Fonseca, Comissário de Imigração do estado, foi enviado a alguns países que haviam recebido aqueles trabalhadores. Na Argentina, Chile e mesmo nos EUA, onde antes fora discriminado, o comissário não ouviu qualquer crítica “desabonadora do caráter, da índole ou das ambições dos japoneses.” O que ouviu, o mundo já conhecia: constituem um mundo a parte e não se fixam (ibidem p. 54-55).

Como resultado dessa inspeção, o governo de São Paulo, que também tinha intenções de vender café para o Japão, assinou com a Empire Emigration Company, em 6 de novembro de 1907, contrato para introdução de 3 mil trabalhadores japoneses para os cafezais paulistas (ibidem p. 55).

Fruto desse contrato, em 18 de junho de 1908 aportava no Porto de Santos, em São Paulo, o navio Kasato Maru trazendo a bordo, a primeira de uma sucessão de levadas de imigrantes.

Primeiras impressões dos brasileiros

E que impressão tiveram os brasileiros quando viram pela primeira vez aqueles imigrantes?

J. Amândio Sobral, inspetor da Secretaria de Agricultura, órgão responsável pela imigração no Estado de São Paulo, em artigo de 26 de junho de 1908 do Correio Paulistano, escreveu (grafia da época):

O vapor Kasato Maru trouxe para o Estado de S.Paulo, 781 japonezes, que constituem a primeira leva da quantidade que deve trazer a Companhia Japonesa de Imigração e Colonização, que contractou com o Estado de S. Paulo a introdução de 3000 famílias [...]as suas camaras e mais acomodações apresentavam uma limpeza inexcedível. É preciso notar que se trata de gente de humilde camada social do Japão. Pois houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava em sua 3ª classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu na 1ª classe. [...]Ao desembarcarem na Hospedaria de Imigrantes saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta, em suma, uma coisa qualquer que denotasse falta de asseio por parte de quem neles veio. [...]Estavam todos vestidos, homens e mulheres vestidos á europea; eles de chapéu ou bonet, e ellas de sáia e camiseta pegada á sáia.[...]Muitos traziam bandeiras pequenas de seda, numa pequena haste de bambú pintado e lança de metal amarelo. Essas bandeiras foram trazidas aos pares: uma branca com um círculo vermelho no meio, e a outra auri-verde: a do Japão e a do Brasil. Esta primeira leva de imigrantes japonezes entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável....Têm feito suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos as fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaiatice, um sinal de impaciência ou uma voz de protesto.[...]Depois de cada refeição (que dura de uma e meia a duas horas), o pavimento do salão está como antes della. Os dormitórios quasi não precisam ser varridos.[...]Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonez um elemento de produção que nada deixará a desejar. A raça é muito differente, mas não inferior. Não façamos, antes do tempo, juizos temerarios a respeito da acção do japonez no trabalho nacional (KIYOTANI , YAMASHIRO in SBCJ, pág. 66-67-68).

Não faltaram também opiniões contrárias. No dia seguinte ao desembarque, o jornal “A Tribuna de Santos” alertava sobre o perigo da introdução de “amarelos”, e “O Diário de S. Paulo”, noticiava homicídio ocorrido a bordo do Kasato Maru, sem precisar detalhes. (Tomoo Handa in SBCJ, 1992, p. 69).

Primeiros anos – dificuldades de adaptação

Mas nos primeiros anos de Brasil houve muitos atritos e conflitos com os novos imigrantes e os proprietários. Numa visita, dez anos depois, à Fazenda Dumont, uma das seis de destino dos primeiros imigrantes, constataram-se:

- 1º) Más condições de habitação e alimentação, que os imigrantes não podiam sequer imaginar.
- 2º) Dificuldade de entendimento entre os imigrantes e a administração da fazenda, por causa da barreira da língua e da total diferença de usos e costumes.
- 3º) Cafeeiros velhos, de reduzida produtividade, redundavam em colheita escassa e rendimento muito abaixo do prometido aos imigrantes pelos agentes de emigração.
- 4º) Demolição do complexo de superioridade de imigrantes. Desinformados sobre a realidade brasileira e, ao serem atirados num ambiente de péssimas condições de vida, esse sentimento feneceu diante das tremendas dificuldades (Eles se julgavam súditos de uma potência de primeira categoria, depois das vitórias do Japão nas guerras contra a China (1894-95) e contra a Rússia (1904-05).
- 5º) Soma-se a tudo isso o descontentamento em relação à companhia de emigração, que os iludira com falsa propaganda sobre a facilidade de ganhar dinheiro no Brasil (ibidem p. 70).

De fato, as companhias nipônicas falaram em árvores que davam dinheiro era só apanhar, referindo-se ao cafeeiro – induzindo-os ao erro. As expectativas de ganho eram enormes. Calculavam que cada trabalhador colheria 5 sacos, 15 a família, a 30 *sens* o saco, ganhariam no final do dia 4 yens e 50 *sens* (1 *yen* = 100 *sens*). Num mês de 30 dias trabalhados, teriam a pequena fortuna de 135 yens. Nessa mesma época, um trabalhador rural no Japão ganhava por dia 20 *sens* com refeição. Em 30 dias trabalhados, teria apenas 6 *yens*, apenas 13% do que ganharia colhendo café em São Paulo (ibidem p. 71).

Mas a realidade dos ganhos estava muito aquém do esperado. A família conseguia colher apenas 1 ou 2 sacos ao dia, embora perseverassem da madrugada até ao cair da noite. A honra os animava ao trabalho, pois ao deixarem sua pátria e seus entes queridos no sacrifício, prometeram-lhes voltar breve e endinheirados. Representantes da companhia de emigração chegaram a ser recebidos a lanças feitas de bambu, enxadas e foices (ibidem p. 72).

A alimentação era de todo inadequada ao paladar japonês: arroz, que cozido ficava solto, feijão e produtos salgados como carne, sardinha e bacalhau. Na ausência de verduras, improvisavam-se sopas com ingredientes do mato: picão, caruru e maxixe; fazia-se o *tsukemono* – conserva de legumes – com mamão verde salgado. Subnutridos, houve desenvolvimento defeituoso de crianças, morte por diarreia amebiana, e vários casos de malária. As casas eram de chão batido, não tinham mobília, cama, nem banheiro. As necessidades eram satisfeitas no mato, atrás das bananeiras ou no cafezal (ibidem p. 72-73).

Mesmo em meio às adversidades e sofrimento, o imigrante encontrava inspiração para registrar em *haikai* (poema de 17 sílabas) sua melancolia:

Yuuzare-ya kokage ni naite koohii mogi

(Anoitecer: à sombra d' árvore choro colhendo café)

Hyôkotsu (ibidem p. 73)

Escrevia *tanka* (poema de 31 sílabas) também:

Yama koya no yashi no kabe yori

Nagare komu tsuki no hikari ni

Waga mi wa hieru

A luz do luar entrando pela parede

De juçara da choça feita no mato

Refrigera meu corpo

(Shofu-ken, 1925)

Yuu batake kuwa wo tomezaru

Oya no te wo miiru kodomo ni

Tasogare fukashi

O lusco-fusco aprofunda

A figura do menino olhando

As mãos do pai que não larga a enxada.

(Bosanjin, 1928) (ibidem p. 108)

O caminho dos imigrantes ontem e hoje

Depois de algum tempo, muitos retornaram ao Japão, desiludidos.

Para muitos outros, a maioria, a pobreza e os poucos ganhos, desfizeram as esperanças de retorno. Para estes, o tempo, aos poucos, parece ter enfraquecido as lembranças dos dias amargos e amainado o sofrimento, mas no instante seguinte, quando parecia ainda sonhar com o Japão, o imigrante viu seus filhos lavrando a terra, produzindo riquezas, estudando nas universidades, trabalhando nas cidades, casando-se com gente daqui. E viu as raízes de sua descendência fincadas em terras brasileiras. O Japão ficava cada vez mais distante, esmaecido pela ação deletéria do tempo; vivo, porém, nos cinemas mensais assistidos no *kaikan* (associação) feita de tábuas, nos *undo-kai* (gincana esportiva familiar) anuais, nos *enguei-kai* (festival cultural), nos jogos de beisebol, nas cerimônias do *oshogatsu* (Ano Novo), quando toda a comunidade tinha a oportunidade de se confraternizar mantendo vivas a cultura e a lembrança da terra natal.

Hoje, são decorridos mais de longos cem anos desses episódios. Foi uma saga. Uma conquista do oeste, um desbravamento de terras novas.

O Brasil abriga hoje o maior contingente de japoneses e descendentes fora do Japão. E 270 mil brasileiros fizeram o caminho inverso de seus ancestrais, indo trabalhar no Japão. Lá residem, trabalham ou estudam. Muitos casaram com nativos, se niponizaram, como os japoneses e descendentes que aqui se abrazeiraram.

Nosso país se enriqueceu ao aprender as artes nipônicas, ao conhecer a alma, a filosofia, a disciplina, o amor ao trabalho e a espiritualidade desse povo. O judô deu destaque ao Brasil nas Olimpíadas e não são poucos os brasileiros que cultuam as artes do *ikebana* (arranjo de flores), cerimônia do chá ou estão familiarizados com os pratos da gastronomia japonesa.

Os japoneses vieram para plantar café, mas seu melhor plantio foi a milenar cultura que enriqueceu a alma do brasileiro: rica, detalhista, espiritualizada, profundamente ética, tênue, refinada e ao mesmo tempo densa e marcante.

Aqui eles encontraram um país de terras fartas e férteis, sob clima propício para plantar e produzir riquezas. E hoje, o Brasil colhe e cultiva com vivo interesse as múltiplas faces da sua cultura, fortemente moldada na inabalável fé na excelência do ser humano.

Embora o livro de Aluísio tenha sido publicado tardiamente – depreende-se-lhe interesse antes mesmo de vir a lume, segundo o comentarista do livro: “Dia a dia o livro ia sendo conhecido e sabido por todo o mundo sem que fosse impresso e lido. Um livro esgotado e inédito.” – meu coração de brasileiro é seduzido pela idéia de ter sido a densidade literária deste escritor, fator importante na desconstrução da estereotipia de "elemento étnico inferior" do povo nipônico (Luiz Dantas in AZEVEDO, 1984, p. 14).

A mim, me encanta e me embevece supor que o Japão, em comentários pessoais e na brilhante pena do insigne brasileiro, tenha sido descrito em sua real dimensão cultural e com isso, tenha influenciado os homens do nosso governo, possibilitando assim, a vinda do povo dos meus ancestrais para, com os brasileiros, ombrearem-se na construção da riqueza cultural, espiritual e econômica do nosso Brasil.

Bibliografia

AZEVEDO, Aluisio. **O Japão**. Roswitha Kempf: São Paulo, 1984.

BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. Empresa Folha da Manhã S. A: São Paulo, 1997

HARO, Martim Afonso P. de (org). **Ilha de Santa Catarina - Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. UFSC: Florianópolis, 1996.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma Epopeia Moderna**. Hucitec: São Paulo, 1992.

VICENTINO, Cláudio e DORIGO Gianpaolo. **História para o ensino médio**. Scipione: São Paulo, 2002.